

MINUTA DE EDITAL PADRÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022

**REGISTRO DE PREÇOS - SERVIÇO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026**

**PROCESSO: 6210.2025/0007705-0**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** (<https://www.gov.br/compras>)

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** **Dia 13/07/2026 às 09h00 (Horário de Brasília)**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

**FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.**

**ÍNDICE**

**I EDITAL**

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 Embasamento Legal;
- 2 Objeto;

- 3 Condições de participação;
- 4 Da Participação de Licitantes sob a Forma de Consórcio
- 5 Acesso às Informações;
- 6 Impugnação do Edital;
- 7 Do Orçamento Estimado;
- 8 Apresentação da Proposta de Preços;
- 9 Abertura da Sessão e Classificação Inicial das Propostas de Preços;
- 10 Etapa de Lances e Negociação
- 11 Modo de Disputa Aberto;
- 12 Julgamento;
- 13 Habilitação;
- 14 Formação do Cadastro de Reserva;
- 15 Fase Recursal;
- 16 Adjudicação e Homologação;
- 17 Preço e Dotação;
- 18 Formalização da Ata de Registro de Preços;
- 19 Dos contratos;
- 20 Penalidades;
- 21 Disposições Gerais.

## **II ANEXOS**

**ANEXO I:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento do Objeto

**ANEXO II:** Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO III:** Modelo de Declarações – Habilitação

**ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo;

**ANEXO V:** Modelo Parâmetros para Análise de Balanço;

**ANEXO VI:** Minuta da Ata de Registro de Preços

**ANEXO VII:** Minuta de Contrato

**ANEXO VIII:** Modelo de Declaração de Vistoria Técnica

**ANEXO IX:** Modelo de Declaração de Conhecimento Pleno das Condições para Prestação dos Serviços

## PREÂMBULO

O Hospital do Servidor Público Municipal, CNPJ 46.854.998/0001-92, situado na Rua Castro Alves, 60, Aclimação, São Paulo, Capital, CEP 01532-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **menor preço**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual **(CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA)**.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925102, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09h00 do dia 13/07/2026.**

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do sítio eletrônico do [Painel de negócios](#) da PMSP.

## **1. EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

## **2. OBJETO**

- 2.1.** O presente pregão tem por objeto o registro de preços para a eventual **(CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA)**, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- 2.2.** Será facultada a cada licitante a participação em quantos itens (lotes) forem de seu interesse, podendo sagrar-se vencedora em quaisquer deles.
- 2.3.** Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.
- 2.4. VISTORIA TÉCNICA**

**2.4.1.** A avaliação prévia do local é recomendada para o conhecimento pleno das peculiaridades, em especial, das condições onde serão feitos os serviços, sendo assegurado ao interessado o direito de realizá-la ou não. Será sempre acompanhada por servidor designado para esse fim, proporcionando melhores meios para a apresentação de proposta condizente.

**2.4.2.** A vistoria prévia será realizada de 2ª a 6ª feira, no horário das 8hs às 15h, até o dia útil anterior à data da Licitação, mediante agendamento prévio na engenharia do hospital, através do telefone 3397-8133 / 8132.

**2.4.3.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1.** O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) – Certificado Digital ICP-Brasil;**

**a.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

**a.2)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

b) ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) **não** estar em processo de falência;

**3.1.1. Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem a todas as exigências deste edital.**

**3.2.** **NÃO** é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou

civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- e) OSCIPs atuando nessa condição;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- h) sociedades cooperativas (nas hipóteses dos artigos 9º e 10 do Decreto nº 62.100/2022).

**3.3.** Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação para registro de preços e da execução dos contratos dela decorrentes, agente público dos órgãos ou entidades que realizem contratações decorrentes deste registro de preços, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**3.3.1.** As vedações previstas na cláusula 3.3. estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.4.** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**4.1.** É vedada, nesta licitação, a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

## **5. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**5.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: [hspmcjl@hspm.sp.gov.br](mailto:hspmcjl@hspm.sp.gov.br).

**5.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

## **6. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**6.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, [hspmcjl@hspm.sp.gov.br](mailto:hspmcjl@hspm.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.

**6.1.1.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b)** se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados na cláusula 6.1.1.a.

**6.2.** Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**6.3.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**6.4.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.

**6.5.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**6.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**6.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

## **7. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**7.1.** A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

**7.1.1.** A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

## **8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto (quando for o caso), até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;
- c) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a elas equiparada;
- d) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**8.2.** A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.

**8.3.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**8.4.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**8.5.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**8.6.** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.



- 8.7.** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.
- 8.8.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 8.9.** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 8.10.** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

## **9. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 9.1.** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2.** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3.** Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
  - b) que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
  - c) estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- 9.4.** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 9.5.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 9.6.** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## **10. ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

- 10.1.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 10.2.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 10 deste Edital.
- 10.3.** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 10.4.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 10.5.** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.7.** Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.8.** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 10.9.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 10.9.1.** Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.
- 10.9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.
- 10.10.** Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.

**10.11.** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

**10.12.** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. MODO DE DISPUTA ABERTO**

**11.1.** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

**11.2.** A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

**11.3.** Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**11.4.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**11.5.** Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

**11.6.** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

## **12. JULGAMENTO**

**12.1.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO (GLOBAL)**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

**12.2.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

**12.3.** Nesta fase serão consultados os cadastros previstos no item 12.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

**12.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

**12.5.** Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.

- 12.6.** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 12.7.** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo II.
- 12.8.** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 12.9.** O termo de referência poderá exigir a apresentação de amostra, devendo o licitante classificado em primeiro lugar apresentá-la, no dia, local e horário apresentado no sistema, facultada a presença de todos interessados.
- 12.9.1.** Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, acaso não houver entrega, atraso injustificado, ou amostra fora das especificações, a proposta será recusada, seguindo-se a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e amostra e assim sucessivamente.
- 12.10.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

### **13. HABILITAÇÃO**

- 13.1.** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 13.2.** A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.
- 13.3.** Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 13.3.1.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 13.3.2.** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 13.3.3.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

**13.4.** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

**13.5.** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

**13.5.1. Habilitação jurídica:**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**13.5.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado ou Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

**d.1)** No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.

- e) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

**e.1)** No caso da licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa (CNDT).
- h) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

### 13.5.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
  - a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b) Comprovação de boa situação financeira, conforme segue:
  - b.1) Apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
    - b.1.1) Caso constituída a pessoa jurídica há menos de 2 (dois) anos, a exigência limitar-se-á ao último exercício social;
    - b.1.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.
  - b.2) Demonstração dos seguintes índices econômico-financeiros:
    - 1. Liquidez Corrente;
    - 2. Liquidez Geral;
    - 3. Solvência Geral.
  - b.2.1) Considerar-se-ão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes resultados para cada um dos índices mencionados nesta cláusula b.2:
    - Maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no Anexo deste Edital.
  - b.2.2) A licitante deverá apresentar, preferencialmente em papel timbrado, planilha com os cálculos utilizados para a obtenção dos índices, assinada pelo responsável legal e contador.

**b.2.3.)** A empresa que não tiver alcançado a comprovação de patrimônio líquido não inferior a 5% (cinco por cento) **do valor da proposta final apresentada pelo licitante**, por meio de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

#### **13.5.4. Qualificação técnica**

- a) O Termo de Referência disporá sobre os documentos necessários para qualificação técnica, quando o caso.

#### **13.5.5. Outros Documentos de habilitação:**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021
- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgado ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

**13.5.5.1.** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

**13.6.** A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

**13.6.1.** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.



- 13.6.2.** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 13.6.3.** Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.
- 13.6.4.** A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 13.6.5.** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.6.5.1.** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 13.6.5.2.** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 13.6.6.** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 13.6.7.** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 13.6.8.** Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, salvo nas hipóteses expressamente admitidas no Termo de Referência.
- 13.6.9.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 13.7.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;



- c) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos\\_e\\_servicos/empresas\\_punidas/index.php?p=9255](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- e) Cadastro integrado de condenações por ilícitos administrativos - cadicon, do tribunal de contas da união, disponível no endereço eletrônico <https://www.portal.tcu.gov.br/responsabilizacaopublica/licitantes-inidoneos>.

**13.7.1.** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.

**13.8.** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

**13.8.1.** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

**13.8.2.** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

**13.8.3.** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**13.8.4.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**13.8.5.** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **14. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**14.1.** O Termo de Referência fará previsão se haverá no certame a formação de cadastro de reserva.

**14.2.** Após o encerramento da fase de habilitação, os licitantes remanescentes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor, para formação do Cadastro de Reserva.

**14.3.** A apresentação de novas propostas, na forma da cláusula 14.1, será registrada na ata da sessão pública e não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**14.4.** O cadastro de reserva será acionado nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro de preços em relação à detentora da Ata.

**14.5.** O acionamento do cadastro de reserva observará o procedimento descrito na cláusula 18.9 e suas subcláusulas deste Edital.

## **15. FASE RECURSAL**

**15.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**15.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

**15.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**15.4.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**15.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**15.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**15.7.** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

## **16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**16.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **17. PREÇO E DOTAÇÃO**

- 17.1.** O preço a ser registrado será o ofertado pela licitante vencedora, a quem o objeto for adjudicado.
- 17.2.** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 17.3.** Os critérios e condições para a revisão ou o reajuste do preço registrado estão previstos na Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo deste Edital).
- 17.4.** A(s) dotação(ões) orçamentária(s) pertinente(s) será(ão) onerada(s) por ocasião da formalização dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 95, § 2º, do Decreto nº 62.100/2022.

## **18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 18.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 18.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:
- a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;  
e
  - b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 18.2.** Como condição à assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.
- 18.3.** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 18.4.** Caso a vencedora da licitação tenha se comprometido a constituir consórcio, deverá apresentar o termo de sua constituição e registro, nas condições previstas no compromisso de sua constituição, no prazo de 02 dias úteis, contado da homologação da licitação.
- 18.5.** A Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de assinatura digital e

disponibilizada no sistema de registro de preços.

**18.6.** A Ata de Registro de Preços indicará a sua detentora, a descrição do objeto, suas quantidades, os preços registrados e os critérios para sua revisão ou reajustamento, as atribuições e obrigações das partes, as penalidades e demais condições do ajuste, conforme Minuta que integra o Anexo VI deste Edital.

**18.7.** O preço registrado, com a indicação da detentora da Ata, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**18.8.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**18.9.** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

**18.9.1.** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.

**18.9.2.** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**18.9.3.** Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes que constituem o cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

**18.9.4.** Caso frustrada a providência descrita na cláusula 18.9.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

## **19. DOS CONTRATOS**

**19.1.** A Ata de Registro de Preços disporá sobre as condições para a formalização dos contratos, conforme Minuta de Ata de Registro de Preços deste Edital.

**19.2.** O contrato estabelecerá as regras atinentes à execução e recebimento do objeto, às condições de pagamento, à fiscalização e gestão do contrato, às obrigações das partes e às penalidades pelo seu descumprimento, conforme Minuta de Contrato deste Edital.

## **20. PENALIDADES**

**20.1.** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**20.1.1.** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

**20.2.** Ocorrendo recusa da adjudicatária em formalizar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, se assinada fosse, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;

**20.2.1.** Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 20.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

**20.3.** Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 20.2 à licitante que:

**20.3.1.** deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

**20.3.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**20.3.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**20.3.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 20.3.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 20.3.2.4.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 20.3.3.** ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;
- 20.3.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 20.3.5.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 20.3.5.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 20.3.5.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 20.3.5.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 20.3.6.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.3.7.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 20.4.** Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 20.2 e 20.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.5.** A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.
- 20.6.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência do Hospital do Servidor Público Municipal nos dias úteis, das 09 às 17 horas e deverão ser enviados pelo correio eletrônico: **"HSPM - Gabinete Institucional"** **<gabinetehspm@hspm.sp.gov.br>**.
- 20.6.1.** Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 20.7.** O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.
- 20.7.1.** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.
- 20.8.** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.9.** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.2.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.3.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.4.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**21.4.1.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**21.5.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**21.6.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.

**21.7.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.8.** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com,



no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**21.8.2.** Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: [hspmcjl@hspm.sp.gov.br](mailto:hspmcjl@hspm.sp.gov.br).

**21.9.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

**21.10.** Integrarão a Ata de Registro de Preços a ser firmada, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.

**21.11.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**21.12.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

**21.13.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.14.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

**21.15.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**21.16.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico do [Painel de negócios](#) da PMSP, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**21.17.** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

**21.18.** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do [Painel de negócios](#) da PMSP.

**21.19.** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.



- 21.20.** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 09 de Junho de 2026.

**Heloisa Almeida de Souza**  
**HSPM**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026**

**PROCESSO: 6210.2025/0007705-0**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO: Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, ANEXOS, AMBULATÓRIOS E CASA DE APOIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA.**

1.2. Registro de Preços para contratação de empresa para execução, sob demanda, de serviços de substituição, manutenção corretiva, reparação, adaptação e adequação de vidros em janelas, caixilhos, esquadrias e seus complementos, nas dependências do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, anexos, ambulatorios, Casa de Apoio e demais unidades vinculadas ao complexo hospitalar, com fornecimento de materiais novos, mão de obra, ferramentas, equipamentos, proteções, transporte, retirada e destinação de resíduos, limpeza final e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, conforme condições, especificações, quantitativos máximos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.3. O objeto será executado por acionamentos parcelados, mediante emissão de Nota de Empenho e Ordem de Início, observados os preços unitários registrados, os quantitativos máximos registrados e o limite máximo de execução previsto para cada Ordem de Início.

#### **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de manter as edificações do HSPM em condições adequadas de segurança, conservação e uso, considerando a existência de grande quantidade de vidros instalados em janelas, caixilhos, esquadrias e complementos, sujeitos a trincas, quebras, soltura, perda de fixação, ressecamento de massa de vidraceiro, falhas de vedação e demais ocorrências que podem gerar risco de corte, queda de fragmentos, infiltração, desconforto térmico, comprometimento de ambientes e risco aos usuários, pacientes, acompanhantes, servidores, prestadores de serviço e veículos estacionados.

2.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços é adequada porque as demandas não se concentram em uma única intervenção, surgem de forma parcelada e variável ao longo do tempo, em diferentes prédios, andares,



salas, setores e unidades, conforme a ocorrência de quebras, trincas, solturas, falhas de fixação ou necessidade de adequação dos vidros existentes.

2.3. O cabimento do Registro de Preços decorre da necessidade de contratações frequentes e parceladas, da conveniência de contratação de serviços remunerados por unidade de medida, da impossibilidade de definição exata e antecipada de todas as demandas e da padronização técnica dos serviços, em conformidade com as hipóteses aplicáveis do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

2.4. Os serviços possuem características padronizadas, baixa complexidade técnica e operacional, metodologia usual de mercado e unidades de medição objetivas, tais como metro quadrado de vidro fornecido e instalado, metro quadrado de demolição/retirada de vidro, metro quadrado de recolhimento/limpeza e metro linear de proteção/interdição.

2.5. Não se trata de obra ou serviço com solução técnica singular, projeto executivo complexo ou metodologia exclusiva de determinado fornecedor. A execução consiste em intervenções padronizadas de retirada, substituição, fixação, vedação, acabamento, limpeza e destinação de resíduos. O levantamento quantitativo que embasará cada Ordem de Início deverá ser previamente realizado pela Unidade Contratante, não cabendo à Detentora da Ata definir a demanda a ser acionada.

2.6. A execução em ambiente hospitalar em funcionamento exige programação, isolamento, sinalização, segurança, limpeza e compatibilização com rotinas assistenciais e administrativas, mas tais cuidados não descaracterizam a natureza comum, padronizada, mensurável e operacionalmente compatível com Registro de Preços.

2.7. O Registro de Preços, permite atendimento mais célere das demandas, padroniza preços unitários, preserva o controle de quantitativos e viabiliza acionamentos conforme necessidade real da Administração e disponibilidade orçamentária.

2.8. O objeto é divisível por unidade de medida e por acionamento, sendo possível sua execução parcelada sem prejuízo técnico, desde que observados os limites máximos por Ordem de Início, as especificações registradas, os preços unitários e a fiscalização da Unidade Contratante.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A solução consiste na formação de Ata de Registro de Preços para atendimento de demandas de substituição, reparação, manutenção corretiva, adaptação e adequação de vidros em janelas, caixilhos, esquadrias e complementos do HSPM, com execução por Ordens de Início emitidas conforme necessidade da Administração.

3.2. A contratação abrangerá, após cada acionamento formalizado pela Contratante, o fornecimento dos materiais especificados, corte/preparo quando aplicável, retirada de vidros danificados ou soltos, limpeza e preparação dos caixilhos, instalação dos novos vidros, aplicação dos elementos de fixação, vedação e acabamento, proteção/interdição do local, retirada de resíduos e limpeza final. A conferência eventualmente realizada pela empresa terá caráter exclusivamente operacional, para verificar condições de acesso, segurança e compatibilidade antes do início da execução, sem substituir o levantamento quantitativo realizado pela Contratante e sem alterar os quantitativos autorizados na Ordem de Início.

3.3. A empresa deverá dispor dos meios técnicos, operacionais, materiais e humanos necessários ao atendimento das Ordens de Início emitidas, observadas as exigências deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e das normas aplicáveis à execução dos serviços.

3.4. Não se exige que a licitante possua experiência específica em unidade hospitalar como condição autônoma de habilitação, devendo a qualificação técnica observar os critérios expressamente previstos neste Termo de Referência e no Edital.

3.5. A participação de empresas reunidas em consórcio fica vedada, considerando a baixa complexidade técnica e operacional do objeto, a existência de empresas aptas no mercado e a possibilidade de execução dos serviços por empresa individualmente constituída, sem necessidade de conjugação de especialidades distintas.

3.6. O objeto será executado sob regime de empreitada por preço global, com pagamento exclusivamente dos quantitativos efetivamente executados, medidos, aprovados e atestados pela fiscalização, de acordo com os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços.

#### **4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

##### **4.1. Locais de prestação dos serviços**

##### **4.1.1. Os serviços poderão ser executados nas dependências do:**

Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, localizado na Rua Castro Alves, nº 60, Aclimação, São Paulo/SP, CEP 01532-000, abrangendo os prédios, anexos, ambulatorios, Casa de Apoio e demais unidades vinculadas ao complexo hospitalar.

Conforme endereços listados:

| <b>LOCAIS</b>                   | <b>ENDEREÇO</b>                            |
|---------------------------------|--------------------------------------------|
| HSPM                            | Castro Alves, 60                           |
| HSPM – Prédio Vestiário/Gráfica | Rua Castro Alves, 151                      |
| HSPM – Prédio Administrativo    | Rua Castro Alves, 63/73                    |
| AMBULATORIO - Lapa              | R. Faustolo, 1720                          |
| AMBULATORIO - Carrão            | Praça Heitor Levy, 700                     |
| AMBULATORIO - Sto. Amaro        | R. Floriano Peixoto, 54                    |
| AMBULATORIO - São Miguel        | R. Dona Ana Flora P. de Souza, 76 portão 5 |
| AMBULATORIO - Tucuruvi          | R. Castro Maia, 627                        |
| HOSPEDARIA - Aclimação          | R. Muniz de Souza, 992                     |

4.1.2. Para fins de planejamento e formulação de proposta, consideram-se abrangidos, no mínimo, os seguintes locais, sem prejuízo de outros ambientes internos vinculados ao HSPM que venham a ser expressamente indicados no Memorial Descritivo de Serviços e na Ordem de Início com locais de execução.

4.1.3. Cada Ordem de Início deverá indicar de forma objetiva o prédio, andar, setor, sala, ambiente, fachada, janela, caixilho ou esquadria objeto da intervenção, bem como o tipo de vidro, a unidade de medida, os quantitativos autorizados, o prazo de execução e as condições específicas da demanda. A Ordem de Início será emitida pela Contratante já com os quantitativos previamente definidos, não cabendo à Detentora da Ata elaborar o levantamento da demanda para formação do acionamento.

##### **4.2. Levantamento prévio pela Unidade Contratante e formalização do acionamento.**

4.2.1. O levantamento técnico e quantitativo necessário à emissão de cada Ordem de Início será de responsabilidade da Unidade Contratante, por meio de sua área técnica ou fiscalização, antes da formalização do acionamento da Ata de Registro de Preços.

4.2.2. Após emissão da Ordem de Início, caberá à Detentora da Ata executar os serviços nos exatos termos nela definidos, observando os locais, itens, especificações, quantidades, prazos, condições de acesso, isolamento e demais orientações da fiscalização.

4.2.3. Antes do início da execução, a Detentora da Ata poderá realizar conferência operacional do local, limitada à verificação de acesso, segurança, condições de instalação, necessidade de proteção, compatibilidade física com a Ordem de Início e providências logísticas para execução. Essa conferência não

terá natureza de levantamento quantitativo para formação do acionamento, não substituirá o levantamento da Contratante e não autorizará alteração de escopo ou quantitativo.

4.2.4. Caso a Detentora da Ata identifique divergência relevante entre a Ordem de Início e as condições existentes no local, deverá comunicar formalmente a fiscalização, antes de iniciar o serviço afetado, preferencialmente no prazo de até 2 (dois) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Início ou da constatação do fato, apresentando descrição objetiva, registro fotográfico e indicação do ponto divergente.

4.2.5. A existência de divergência não autoriza a Detentora da Ata a alterar unilateralmente o quantitativo, substituir item, ampliar escopo, executar serviço não previsto ou modificar o local de intervenção. Qualquer alteração dependerá de manifestação expressa da fiscalização e, quando implicar mudança de quantidade, item, prazo ou valor, deverá ser formalizada por retificação da Ordem de Início, emissão de Ordem de Início complementar ou novo acionamento, conforme o caso.

4.2.6. Serviços executados sem previsão na Ordem de Início, sem autorização formal da fiscalização ou em quantidade superior à autorizada não serão considerados para fins de medição e pagamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da exigência de correção, remoção ou adequação, quando cabível.

4.2.7. As planilhas, relatórios, registros fotográficos e memórias de cálculo eventualmente apresentados pela Detentora da Ata terão finalidade de comprovação da execução e instrução da medição dos serviços efetivamente realizados, não servindo para transferir à empresa a responsabilidade pela definição prévia da demanda a ser acionada.

4.2.8. O compromisso de execução somente estará caracterizado mediante recebimento, pela Detentora da Ata, da Nota de Empenho acompanhada da respectiva Ordem de Início, encaminhada por meio eletrônico aos endereços informados, respeitados os limites máximos por acionamento, os quantitativos remanescentes da Ata e a disponibilidade orçamentária.

#### 4.3. Limite máximo de quantitativo por Ordem de Início

4.3.1. Para preservar a natureza parcelada do Sistema de Registro de Preços e permitir que as licitantes dimensionem sua capacidade operacional para execução dos serviços, cada Ordem de Início deverá observar o limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos máximos registrados para cada item da Ata.

| Item | Descrição                                                                       | Quantitativo máximo da Ata | Unidade | Limite máximo por Ordem de Início |
|------|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------|-----------------------------------|
| 1    | Vidro liso comum 4 mm, transparente incolor - fornecimento e instalação         | 580                        | m²      | 145 m²                            |
| 2    | Vidro canalado impresso comum, translúcido incolor - fornecimento e instalação  | 230                        | m²      | 57,50 m²                          |
| 3    | Demolição de vidros encaixilhados em geral, inclusive limpeza do caixilho       | 680                        | m²      | 170 m²                            |
| 4    | Recolhimento de entulho/limpeza dos locais, inclusive transporte para bota-fora | 680                        | m²      | 170 m²                            |
| 5    | Proteções/interdições                                                           | 578                        | m       | 144,50 m                          |

4.3.2. Nenhuma Ordem de Início poderá abranger a totalidade dos quantitativos registrados na Ata. A emissão de acionamentos deverá ocorrer conforme necessidade real, com indicação dos locais e dos quantitativos correspondentes, vedado o uso da Ata como contratação única de todo o objeto estimado.

4.3.3. A limitação por Ordem de Início não impede a emissão de novos acionamentos durante a vigência da Ata, desde que haja necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária, observância dos quantitativos remanescentes e cumprimento das condições registradas.

4.3.4. Caso a demanda identificada supere o limite máximo de uma Ordem de Início, a Unidade Contratante deverá fracionar a execução em acionamentos sucessivos e compatíveis com a capacidade operacional exigida, sem prejuízo da continuidade do atendimento e do controle dos quantitativos da Ata.

#### **4.4. Prazo máximo de execução de cada Ordem de Início**

4.4.1. O prazo máximo para execução de cada Ordem de Início será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Início pela Detentora da Ata, respeitado o limite máximo de quantitativos previsto no item 4.3.

4.4.2. O prazo de execução deverá constar expressamente em cada Ordem de Início, de forma objetiva, não podendo ultrapassar o prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência.

4.4.3. A Detentora da Ata deverá dimensionar equipe, materiais, ferramentas, logística, proteções e demais recursos necessários para executar, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, uma Ordem de Início emitida pela Contratante com quantitativos previamente definidos, observado o limite máximo de quantitativos por acionamento previsto neste Termo de Referência.

4.4.4. Somente em caso de fato superveniente devidamente comprovado, não imputável à Detentora da Ata, poderá ser admitida prorrogação do prazo de execução, mediante solicitação formal, justificativa técnica, manifestação da fiscalização e autorização da Administração, antes do vencimento do prazo original.

4.4.5. Os serviços não poderão sofrer paralisação injustificada por período superior a 1 (um) dia útil. Ocorrendo impedimento, a Detentora da Ata deverá comunicar imediatamente a fiscalização, apresentar justificativa formal e indicar plano de retomada.

#### **4.5. Condições técnicas mínimas de execução**

Os serviços compreenderão, conforme a necessidade de cada acionamento, fornecimento dos materiais, retirada dos vidros danificados, comprometidos ou quebrados, limpeza e preparação dos caixilhos, instalação dos novos vidros, aplicação dos materiais complementares de fixação, vedação e acabamento, proteção/interdição da área, limpeza final do local e entrega da intervenção em condições adequadas de uso e segurança.

Os materiais a serem empregados deverão ser novos, sem uso anterior, compatíveis com as especificações da Ata, transportados e acondicionados de forma a preservar sua integridade até o local de instalação.

Todos os custos necessários à completa execução dos serviços deverão estar incluídos nos preços unitários registrados, inclusive mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, carga, descarga, proteções, sinalização, limpeza, retirada e destinação de resíduos, encargos, tributos e documentos técnicos cabíveis.

A Detentora da Ata deverá reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos, inadequações ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

#### **4.6. Sustentabilidade, resíduos, isolamento e segurança**

4.6.1. A Detentora da Ata deverá remover os resíduos gerados para fora dos limites do Hospital, mantendo os locais limpos durante e após a execução dos serviços e providenciando destinação adequada, quando exigível pela legislação ou pela fiscalização.

4.6.2. Em todas as áreas de intervenção deverão ser protegidos equipamentos, mobiliários, pisos, paredes, instalações elétricas, hidráulicas, rede lógica, telefonia, ar-condicionado, sistema de chamada de enfermagem e demais componentes fixos ou móveis existentes no ambiente.



4.6.3. O acesso aos locais de execução deverá ser controlado e isolado, cabendo à Detentora da Ata adotar sinalização, barreiras, proteções, medidas de prevenção contra queda de materiais, cortes, poeira, circulação indevida e riscos aos pacientes, acompanhantes, servidores e demais usuários.

4.6.4. A execução poderá ocorrer em horário noturno, finais de semana ou feriados quando a rotina hospitalar exigir, desde que previamente programada e autorizada pela Contratante.

#### **4.7. Equipe, identificação e segurança do trabalho**

4.7.1. Todos os profissionais alocados deverão utilizar uniforme, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual compatíveis com as atividades executadas.

4.7.2. A Detentora da Ata deverá fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI necessários e exigir rigorosamente sua utilização, observando as normas regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-6, NR-32 e, quando houver trabalho em altura, NR-35.

4.7.3. Todos os profissionais deverão observar os procedimentos internos do HSPM e, quando exigido, passar previamente pelas orientações da Segurança do Trabalho ou da área competente antes do início das atividades.

4.7.4. Qualquer profissional que apresentar conduta inadequada, incapacidade técnica ou comportamento incompatível com o ambiente hospitalar deverá ser substituído pela Detentora da Ata no prazo de até 1 (um) dia útil, contado da comunicação formal da Contratante.

4.7.5. Em caso de acidente de trabalho, a Detentora da Ata deverá adotar todas as providências legais cabíveis, inclusive emissão de CAT quando aplicável, e comunicar o fato à Contratante.

#### **4.8. Estacionamento, entrega e armazenamento de materiais**

4.8.1. A entrada de veículos para carga, descarga, transporte de materiais ou apoio à execução dos serviços dependerá de cadastro prévio e autorização da fiscalização ou do setor competente do HSPM.

4.8.2. A Detentora da Ata deverá encaminhar, por e-mail, até as 14h do dia útil anterior ao acesso, solicitação contendo nome completo, documento de identificação, função dos profissionais, dados do veículo, horário estimado de chegada, motivo da entrada e relação dos materiais, ferramentas ou equipamentos.

4.8.3. O recebimento, conferência, guarda, movimentação e armazenamento dos materiais são de responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata, ainda que o HSPM indique local de apoio temporário.

4.8.4. O transporte interno de materiais deverá ocorrer sem obstrução de corredores, saídas, rotas de fuga, áreas assistenciais ou locais de circulação, devendo a empresa adotar todos os cuidados para evitar danos e acidentes.

#### **4.9. Garantia técnica dos serviços e materiais**

4.9.1. A Detentora da Ata deverá oferecer garantia técnica mínima de 12 (doze) meses para os serviços executados, materiais fornecidos, acessórios, fixações, vedações e acabamentos, contados do recebimento definitivo ou aceite formal da respectiva Ordem de Início.

4.9.2. Durante o prazo de garantia técnica, a Detentora da Ata deverá reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos, falhas de instalação, falhas de fixação, falhas de vedação, solda, acabamento inadequado ou inconformidade com as especificações, desde que não decorrentes de mau uso, vandalismo, sinistro ou intervenção de terceiros.

4.9.3. O atendimento à garantia deverá ser iniciado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da Contratante, salvo situação de risco imediato, caso em que a Detentora da Ata deverá adotar providências compatíveis com a urgência informada.

#### **4.10. Planilha de quantitativos máximos**

| Item                                                      | Descrição                                                                       | Quantidade máxima | Unidade | Preço unitário | Total |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------|----------------|-------|
| 1                                                         | Vidro liso comum 4 mm, transparente incolor - fornecimento e instalação         | 580               | m²      | R\$            | R\$   |
| 2                                                         | Vidro canalado impresso comum, translúcido incolor - fornecimento e instalação  | 230               | m²      | R\$            | R\$   |
| 3                                                         | Demolição de vidros encaixilhados em geral, inclusive limpeza do caixilho       | 680               | m²      | R\$            | R\$   |
| 4                                                         | Recolhimento de entulho/limpeza dos locais, inclusive transporte para bota-fora | 680               | m²      | R\$            | R\$   |
| 5                                                         | Proteções/interdições                                                           | 578               | m       | R\$            | R\$   |
| PREÇO GLOBAL TOTAL ESTIMADO - somatório dos preços totais |                                                                                 |                   |         |                | R\$   |

4.10.1. Os quantitativos acima representam estimativa máxima para fins de registro de preços, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração.

4.10.2. Devem estar incluídos nos preços unitários todos os materiais, insumos, ferramentas, equipamentos, mão de obra, transporte, retirada, destinação de resíduos, limpeza, proteções, sinalizações, encargos, tributos, documentos técnicos cabíveis e demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento completo do objeto.

## 5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

### 5.1. Compete à Contratante:

- Realizar o levantamento técnico e quantitativo prévio da demanda, elaborando o Memorial Descritivo de Serviços e/ou planilha com locais, itens, especificações, unidades de medida e quantitativos a serem executados;

- Emitir a Nota de Empenho e a Ordem de Início já com os locais de execução, quantitativos autorizados, prazos e condições específicas de cada demanda;

- Viabilizar, quando cabível, o acesso da Detentora da Ata às dependências do HSPM, observados os procedimentos internos de segurança e cadastro;

- Prestar os esclarecimentos necessário ao desenvolvimento dos serviços;

- Acompanhar, fiscalizar e conferir a execução dos serviços;

- Conferir planilhas de medição, relatórios fotográficos, memórias de cálculo de execução e demais documentos apresentados pela Detentora da Ata após a realização dos serviços;

- Aprovar, rejeitar ou determinar correções dos serviços executados, com base nas especificações contratadas;

- Atestar os serviços efetivamente executados, medidos e aceitos;

- Instruir o processo de pagamento, após o aceite dos serviços e o recebimento da documentação exigida;



- Comunicar aos setores do HSPM envolvidos quando houver necessidade de programação, isolamento, interdição, liberação de ambiente ou compatibilização com rotinas internas.

5.2. A fiscalização exercida pela Contratante não reduz nem exclui a responsabilidade integral da Detentora da Ata pela qualidade, segurança, correção e conformidade dos serviços executados.

| LOCAIS                          | ENDEREÇO                                   |
|---------------------------------|--------------------------------------------|
| HSPM                            | Castro Alves, 60                           |
| HSPM – Prédio Vestiário/Gráfica | Rua Castro Alves, 151                      |
| HSPM – Prédio Administrativo    | Rua Castro Alves, 63/73                    |
| AMBULATÓRIO - Lapa              | R. Faustolo, 1720                          |
| AMBULATÓRIO - Carrão            | Praça Heitor Levy, 700                     |
| AMBULATÓRIO - Sto. Amaro        | R. Floriano Peixoto, 54                    |
| AMBULATÓRIO - São Miguel        | R. Dona Ana Flora P. de Souza, 76 portão 5 |
| AMBULATÓRIO - Tucuruvi          | R. Castro Maia, 627                        |
| HOSPEDARIA - Aclimação          | R. Muniz de Souza, 992                     |

## 6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA/CONTRATADA

### 6.1. Compete à Detentora da Ata/Contratada:

- Fornecer materiais novos, compatíveis com as especificações do Edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e das normas técnicas aplicáveis;

- Executar os serviços conforme Memorial Descritivo, Ordem de Início, quantitativos aprovados, preços unitários registrados e orientações da fiscalização;

- Cumprir os prazos estabelecidos para execução, comunicação de divergências, correção de serviços, apresentação de relatórios e entrega da documentação de medição;

- Manter equipe em número e qualificação compatíveis com a natureza e o volume dos serviços demanda dos em cada Ordem de Início;

- Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, escadas, acessórios, dispositivos de fixação, materiais de vedação, materiais de acabamento, EPIs, EPCs, proteções, sinalizações e demais recursos necessários à execução;

- Assumir integral responsabilidade técnica, operacional, trabalhista, previdenciária, tributária, civil, ambiental e de segurança relacionada à execução dos serviços;

- Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga, guarda, movimentação, acondicionamento e aplicação dos materiais;

- Corrigir, reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais recusados pela fiscalização por defeito, vício, falha, inconformidade ou divergência com as especificações contratadas;

- Manter os locais de execução limpos, organizados, protegidos e seguros durante toda a intervenção;

- Remover resíduos, fragmentos de vidro, embalagens e sobras de materiais, providenciando destinação adequada;

- Preservar instalações, equipamentos, mobiliários, redes e demais elementos existentes no HSPM, responsabilizando-se por danos decorrentes da execução;

- Manter seus profissionais uniformizados, identificados e utilizando os EPIs exigidos;
- Observar as normas internas do HSPM, especialmente quanto a acesso, circulação, segurança do trabalho, higiene, isolamento e proteção dos ambientes;
- Informar e manter atualizados, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, no mínimo 2 (dois) endereços eletrônicos válidos para recebimento de comunicações oficiais;
- Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato que possa interferir no prazo, na segurança, na qualidade ou na continuidade dos serviços;
- Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Apresentar Nota Fiscal e documentos para pagamento somente após a execução, medição, aceite e autorização da fiscalização;
- Comparecer a reuniões técnicas e administrativas no HSPM quando convocada pela fiscalização ou pela gestão do contrato.

## **6.2. Subcontratação**

6.2.1. Não será admitida subcontratação do objeto, bem como a transferência da responsabilidade pela execução, coordenação, qualidade, segurança, garantia, cumprimento de prazos e atendimento das obrigações assumidas pela Detentora da Ata.

## **6.3. Garantia contratual**

6.3.1. Não será exigida garantia contratual como condição de contratação ou de cada acionamento decorrente da Ata de Registro de Preços.

6.3.2. A não exigência de garantia contratual justifica-se pela natureza comum e padronizada dos serviços, pela execução sob demanda, pelo pagamento posterior à medição e aceite, pelo controle por preços unitários e quantitativos efetivamente executados, pela possibilidade de glosa de serviços não aceitos e pela existência de garantia técnica dos serviços e materiais prevista neste Termo de Referência.

6.3.3. A dispensa da garantia contratual não afasta a responsabilidade da Detentora da Ata por vícios, defeitos, falhas, danos, correções, substituições, garantia técnica, sanções administrativas e demais obrigações contratuais e legais.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Fluxo de acionamento**

7.1.1. O acionamento observará o seguinte fluxo:

- Identificação da demanda pela Unidade Contratante;
- Elaboração do Memorial Descritivo de Serviços com indicação objetiva do local e da necessidade;
- Envio do Memorial à Detentora da Ata;
- Vistoria técnica e levantamento in loco pela Detentora da Ata em até 5 (cinco) dias úteis;
- Apresentação da memória de cálculo quantitativa em até 5 (cinco) dias úteis após a vistoria;
- Análise e aprovação dos quantitativos pela fiscalização;
- Emissão da Nota de Empenho e Ordem de Início, respeitado o limite máximo de quantitativo por acionamento;
- Execução dos serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos por Ordem de Início;

- Apresentação de relatório, medição e documentação de pagamento;
- Conferência, aceite, ateste ou indicação de correções pela fiscalização.

## 7.2. Preposto, representante e responsável técnico

7.2.1. A Detentora da Ata deverá indicar, antes do início da execução, representante/preposto para interlocução com a fiscalização, recebimento de orientações, acompanhamento da execução contratual e atendimento das demandas administrativas e operacionais relacionadas ao objeto.

7.2.2. O preposto não precisa ser engenheiro, devendo possuir poderes e condições de representar a empresa perante a fiscalização, receber comunicações, prestar esclarecimentos, organizar a equipe e adotar providências para o regular andamento dos serviços.

7.2.3. Admite-se que o representante legal da empresa e o preposto sejam a mesma pessoa, desde que formalmente indicada pela Detentora da Ata e apta a responder pelas demandas da execução.

7.2.4. Quando a natureza da intervenção, a legislação profissional aplicável, o Edital ou a fiscalização exigirem responsabilidade técnica formal, a Detentora da Ata deverá indicar responsável técnico legalmente habilitado e apresentar ART, RRT, TRT ou documento técnico equivalente, conforme o conselho profissional competente e a atividade efetivamente executada.

7.2.5. O preposto e o responsável técnico poderão ser a mesma pessoa somente se atendidos os requisitos legais, técnicos e formais aplicáveis à atividade.

7.2.6. A substituição do preposto ou do responsável técnico deverá ser comunicada formalmente à Contratante com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, salvo situação excepcional devidamente justificada, sem prejuízo à continuidade da execução.

## 7.3. Relatórios e controle diário

7.3.1. A Detentora da Ata deverá manter relatório diário dos serviços executados, indicando, no mínimo, data, prédio, andar, setor, sala, tipo de vidro, metragem executada, equipe presente, ocorrências relevantes, resíduos removidos e registros fotográficos quando necessários.

| Data | Prédio/andar | Unidade/sala | Tipo de vidro/serviço | Metragem/quantidade | Observações |
|------|--------------|--------------|-----------------------|---------------------|-------------|
|      |              |              |                       |                     |             |
|      |              |              |                       |                     |             |
|      |              |              |                       |                     |             |

7.3.2. O relatório diário e a planilha de medição servirão de base para conferência da fiscalização, não gerando direito automático ao pagamento de serviços não aceitos, incompletos, divergentes ou executados sem autorização.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 8.1. Fiscalização e gestão

8.1.1. A Administração indicará fiscal ou equipe de fiscalização para acompanhar a execução dos serviços, conferir os quantitativos executados, avaliar a conformidade técnica, registrar ocorrências, solicitar correções, analisar medições, relatórios fotográficos, memórias de cálculo de execução e demais documentos apresentados após a realização dos serviços.

8.1.2. O fiscal registrará as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para regularização de falhas, vícios, defeitos, atrasos, inadequações, riscos ou inconformidades.

8.1.3. Situações que ultrapassem a competência da fiscalização deverão ser encaminhadas à autoridade competente ou setor responsável para deliberação.

### 8.2. Rotinas de fiscalização

8.2.1. A fiscalização poderá realizar vistorias, conferências de campo, registros fotográficos, conferência de metragens executadas, verificação de materiais e avaliação da limpeza e segurança do local, sem prejuízo do levantamento prévio que deverá embasar cada Ordem de Início.

8.2.2. A Detentora da Ata deverá permitir amplo acesso da fiscalização às informações, materiais, serviços e locais de execução, prestando esclarecimentos sempre que solicitado.

8.2.3. Serviços executados em desacordo com a Ordem de Início, especificações, quantitativos aprovados ou normas aplicáveis poderão ser recusados, ficando seu pagamento condicionado à correção e aceite pela fiscalização.

### 8.3. Critérios de medição

8.3.1. A medição será realizada por Ordem de Início ou por período de 30 (trinta) dias corridos, quando a execução ultrapassar esse período, sempre com base nos quantitativos efetivamente executados, conferidos e aprovados pela fiscalização.

8.3.2. A unidade de medição observará a planilha da Ata de Registro de Preços: metro quadrado (m<sup>2</sup>) para fornecimento/instalação de vidros, demolição e recolhimento/limpeza, e metro linear (m) para proteções/interdições, conforme item correspondente.

8.3.3. Não serão medidos serviços executados sem Ordem de Início, sem previsão no escopo autorizado, em quantidade superior à autorizada, em desacordo com as especificações, incompletos, recusados ou pendentes de correção.

8.3.4. Serviços parcialmente executados somente serão medidos quando tecnicamente concluída a etapa correspondente e aceita pela fiscalização, respeitada a regra de medição do item contratado.

### 8.4. Documentação para medição, liquidação e pagamento

8.4.1. Para fins de medição, liquidação e pagamento, a Detentora da Ata deverá apresentar, conforme aplicável:

- Planilha de medição discriminada por item, local, unidade de medida, quantitativo executado, preço unitário registrado e valor total;

- Relatório dos serviços executados, com identificação de prédio, andar, setor, sala e tipo de serviço;

- Memória de cálculo das metragens executadas;

- Registros fotográficos antes, durante e depois da execução, quando solicitados ou necessários à comprovação;

- Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, somente após autorização/atesto da fiscalização;

- Número do processo administrativo, nota de empenho, ordem de início e contrato/ata, quando aplicável;

- Comprovações fiscais, trabalhistas e previdenciárias exigidas no contrato, edital ou legislação aplicável;

- Comprovantes de destinação de resíduos, quando exigidos pela fiscalização ou pela legislação aplicável;

- Eventual destaque de retenções tributárias cabíveis;

- Demais documentos previstos no edital, no contrato, na ata de registro de preços ou em norma municipal aplicável ao pagamento.

8.4.2. Havendo erro, omissão, divergência documental, inconformidade na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização pela Detentora da Ata, sem ônus adicional à Contratante.

8.4.3. O pagamento será efetuado após a liquidação regular da despesa, ateste dos serviços aceitos e instrução do processo com a documentação exigida, observadas as normas municipais aplicáveis.

#### 8.5. Avaliação da execução contratual

8.5.1. A avaliação da execução contratual considerará o cumprimento dos prazos, a conformidade dos materiais, a qualidade da instalação, a limpeza final, a segurança da execução, o atendimento às orientações da fiscalização, a regularidade documental e a correção das medições apresentadas.

8.5.2. A execução será considerada satisfatória quando os serviços forem entregues conforme especificações, quantitativos aprovados, prazos estabelecidos, acabamento adequado, ambiente limpo e condições de uso e segurança.

8.5.3. A execução será considerada insatisfatória, total ou parcialmente, quando houver atraso injustificado, abandono, paralisação injustificada, material incompatível, vício de instalação, falha de acabamento, ausência de limpeza, descumprimento de segurança, divergência de quantitativos ou não atendimento das determinações da fiscalização.

8.5.4. A avaliação insatisfatória poderá ensejar glosa, exigência de refazimento, registro de ocorrência, abertura de procedimento administrativo ou aplicação das sanções previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

#### 8.6. Recebimento provisório e definitivo

8.6.1. Concluídos os serviços de cada Ordem de Início, a Detentora da Ata deverá comunicar formalmente a fiscalização e apresentar a documentação de medição.

8.6.2. O recebimento provisório ocorrerá após vistoria e conferência inicial dos serviços, mediante registro da fiscalização, ressalvadas eventuais pendências, correções ou ajustes necessários.

8.6.3. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da adequação do objeto às especificações contratadas, saneamento das pendências eventualmente apontadas e aceite formal pela fiscalização ou comissão designada, quando aplicável.

8.6.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora da Ata pela qualidade, solidez, correção, segurança, garantia e adequação dos serviços executados.

#### 8.7. Sanções e providências administrativas

8.7.1. As sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do objeto seguirão as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, do Termo de Contrato ou instrumento equivalente e da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7.2. Para fins de controle técnico, considera-se inexecução parcial a execução incompleta, defeituosa, em desacordo com as especificações, fora do prazo, sem correção das pendências ou com descumprimento das obrigações assumidas.

8.7.3. Considera-se inexecução total a ausência injustificada de início da execução após o recebimento da Ordem de Início, o abandono da execução ou a recusa injustificada em executar demanda regularmente formalizada dentro dos quantitativos registrados.

### 9 ESTIMATIVA DE PREÇO

9.1. O custo estimado será obtido através de pesquisa de preço elaborada pela área competente, que constará do processo administrativo.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, indicadas em cada acionamento, conforme disponibilidade orçamentária e emissão da respectiva Nota de Empenho.

10.2. A existência de Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos registrados, ficando cada contratação condicionada à necessidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e formalização do respectivo acionamento.

10.3. Na licitação para Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada no momento da formalização da contratação decorrente da Ata, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme regulamentação aplicável.

## 11 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Total Global**;

Na fase de julgamento, as empresas deverão apresentar:

As licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto, tais com o fornecimento, substituição, instalação, reparo ou manutenção de vidros e medificações, janelas, caixilhos, esquadrias ou serviços correlatos.

A exigência de apresentação do Termo de Vistoria Técnica ou Termo de Não Vistoria Técnica, conforme modelos anexos, para que a licitante declare conhecimento das condições de execução, acessos, rotinas e restrições do ambiente hospitalar.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026

PROCESSO: 6210.2025/0007705-0

TIPO: MENOR PREÇO

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS**

(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90xxx/2026/HSPM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6210.2025/0007705-0

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer ao Hospital do Servidor Público Municipal, em estrito cumprimento ao previsto no Edital da licitação em epígrafe por meio de Ata de Registro de Preços, o(s) produto(s) conforme abaixo discriminado:

| AMPLA CONCORRÊNCIA |                                                                      |                   |                         |                                                 |                                              |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Item               | Objeto                                                               | Unidade de medida | Quantitativo registrado | Valor unitário (com no máximo 4 casas decimais) | Valor Total (com no máximo 2 casas decimais) |
| 01                 | VIDRO LISO COMUM 4MM, TRANSPARENTE INCOLOR FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | M2                | 580                     | R\$                                             | R\$                                          |





|                                                  |                                                                                 |    |     |     |     |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|----|-----|-----|-----|
| 02                                               | VIDRO CANELADO IMPRESSO COMUM, TRANSLÚCIDO INCOLOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO  | M2 | 230 | R\$ | R\$ |
| 03                                               | DEMOLIÇÃO DE VIDROS ENCAIXILHADOS EM GERAL, INCLUSIVE LIMPEZA DO CAIXILHO       | M2 | 680 | R\$ | R\$ |
| 04                                               | RECOLHIMENTO DE ENTULHO/LIMPEZA DOS LOCAIS, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA BOTA FORA | M2 | 680 | R\$ | R\$ |
| 05                                               | PROTEÇÕES/INTERDIÇÕES                                                           | M  | 578 | R\$ | R\$ |
| PREÇO GLOBAL TOTAL (SOMATÓRIO DOS PREÇOS TOTAIS) |                                                                                 |    |     |     | R\$ |

### DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. Informamos que nesta proposta estão computados todos os custos (diretos e indiretos) inerentes a execução de todos os serviços exigidos no Termo de Referência, não cabendo posteriormente ao certame onerar essa administração com custos para o cumprimento dessas obrigações.
2. A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.
3. Declara, ainda, especificamente, que por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, disporá dos elementos necessários para cumprimento do contrato. O serviço obedecerá às exigências preestabelecidas no Edital de Licitação.
4. Declara, outrossim, que por ser de seu conhecimento, se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como, às disposições das legislações vigentes.
5. **DADOS BANCÁRIOS:** (Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento)

**OBS:** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, em nome do credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 publicado no D.O.C. do dia 23 de Janeiro de 2010.

### DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos à licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº



14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.
04. Declara, ainda, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
05. Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

*São Paulo,*

*de*

*de 2026*

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026

PROCESSO: 6210.2025/0007705-0

TIPO: MENOR PREÇO

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

### ANEXO III

#### MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES - HABILITAÇÃO

##### (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- 4) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

(local do estabelecimento), de \_\_\_\_\_ de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026

PROCESSO: 6210.2025/0007705-0

TIPO: MENOR PREÇO

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

**ANEXO IV**

**Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de de 20...

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

*Seu nome e assinatura*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026**

**PROCESSO: 6210.2025/0007705-0**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO: Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.**

**ANEXO V**

**PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO**

**ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA**

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: Liquidez Corrente - LC, Solvência Geral – SG e Liquidez Geral - LG.

ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE = ATIVO CIRCULANTE

-----

PASSIVO CIRCULANTE

ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL = ATIVO TOTAL

-----

PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL = ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

-----

PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

liquidez corrente - índice maior ou igual a 1,00

Solvência geral - índice maior ou igual a 1,00 liquidez

geral - índice maior ou igual a 1,00



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026**

**PROCESSO: 6210.2025/0007705-0**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

**ANEXO - VI**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 46.854.998/0001-92, situado (a) no (a) Rua Castro Alves, 63/73 - 6º andar – sala 68, neste ato representado (a) pelo(a) Divisão de Administração de Contrato (DIAC), adiante designado apenas **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa ..... (*nome da licitante vencedora*), inscrita no CNPJ nº ..... (*número do CNPJ*), situada na(o) ..... (*endereço*), aqui representada por ..... (*nome, qualificação, RG e CPF*), doravante designada simplesmente **DETENTORA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos nº 62.100/22 e nº 56.475/2015, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislação aplicável, em conformidade com o Edital de Licitação que a precedeu e com as disposições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual (**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA**), conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão que precedeu este ajuste e na proposta da **DETENTORA**.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS**



2.1. O(s) preço(s) registrado(s) e as quantidades estimadas são estabelecidos conforme segue:

| Item | Objeto                                                                          | Unidade de medida | Quantitativo registrado | Valor unitário | Valor Total Estimado |
|------|---------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------|----------------|----------------------|
| 01   | VIDRO LISO COMUM 4MM, TRANSPARENTE INCOLOR FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO            | M2                | 580                     | R\$            | R\$                  |
| 02   | VIDRO CANELADO IMPRESSO COMUM, TRANSLÚCIDO INCOLOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO  | M2                | 230                     | R\$            | R\$                  |
| 03   | DEMOLIÇÃO DE VIDROS ENCAIXILHADOS EM GERAL, INCLUSIVE LIMPEZA DO CAIXILHO       | M2                | 680                     | R\$            | R\$                  |
| 04   | RECOLHIMENTO DE ENTULHO/LIMPEZA DOS LOCAIS, INCLUSIVE TRANSPORTE PARA BOTA FORA | M2                | 680                     | R\$            | R\$                  |
| 05   | PROTEÇÕES/INTERDIÇÕES                                                           | M                 | 578                     | R\$            | R\$                  |

2.2. O preço registrado inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

2.3. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) pertinente(s) será(ão) onerada(s) por ocasião da formalização dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 95, § 2º, do Decreto nº 62.100/2022.

2.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta do Anexo I desta Ata. (*se houver cadastro de reserva*)

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA DETENTORA DA ATA

3.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços será o (a) **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**.

**3.2.** São atribuições gerais do ÓRGÃO GERENCIADOR, sem prejuízo de outras disposições específicas desta Ata de Registro de Preços:

**3.2.1.** promover o acompanhamento da presente Ata de Registro de Preços, comunicando à DETENTORA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

**3.2.2.** aplicar as sanções administrativas previstas na Cláusula Décima Terceira desta Ata de Registro de Preços;

**3.2.3.** promover o acompanhamento do consumo dos itens registrados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES;

**3.2.4.** indicar a DETENTORA, bem como os quantitativos a que esta ainda se encontra obrigada e os preços registrados, sempre que solicitado;

**3.2.5.** acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento;

**3.2.6.** aplicar o reajuste aos preços registrados durante a vigência desta Ata, conforme disposto em sua Cláusula Nona;

**3.2.7.** receber e processar os pedidos de revisão dos preços registrados, formulados na vigência desta Ata;

**3.2.8.** autorizar a prorrogação do prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços;

**3.2.9.** divulgar os preços registrados na Internet, em página mantida pela Prefeitura do Município de São Paulo;

**3.2.10.** cancelar o registro de preços.

**3.3.** São obrigações gerais da DETENTORA, sem prejuízo de outras disposições específicas desta Ata de Registro de Preços:

**3.3.1.** formalizar as contratações decorrentes desta Ata, observadas as condições e as quantidades nela estabelecidas;

**3.3.2.** comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização;

**3.3.3.** manter, durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas;

- 3.3.4.** manter, durante toda a duração da Ata de Registro de Preços, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no Termo de Referência do Edital de Licitação, parte integrante desta Ata de Registro de Preço);
- 3.3.5.** comparecer, sempre que solicitada, à sede das unidades contratantes, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- 3.3.6.** prestar informações relacionadas à execução do objeto do registro de preços sempre que solicitado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;
- 3.3.7.** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura ocasione às unidades contratantes ou a terceiros, em razão dos contratos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços;
- 3.3.8.** atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que a execução do contrato se estenda após o término de sua vigência;
- 3.3.9.** não subcontratar, ceder ou transferir o objeto da Ata de Registro de Preços, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por até igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal nº. 62.100/22, mediante acordo entre as partes, desde que a DETENTORA tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações e comprovado o preço vantajoso.
  - 4.1.1.** Em caso de prorrogação da Ata de RP, será renovado o quantitativo originalmente registrado, proporcionalmente ao prazo da prorrogação.
  - 4.1.2.** Caso a DETENTORA da Ata de Registro de Preço não tenha interesse na prorrogação de sua vigência, deverá manifestar-se, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência, sob pena de multa, conforme cláusula 11.4.4 desta Ata.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 5.1.** As contratações com fundamento nesta Ata serão formalizadas pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual pertinente, que disporá

sobre as condições de entrega do objeto e de pagamento, bem como sobre as demais obrigações das partes contratantes, observada a Minuta de Contrato constante do Edital de Licitação, que integra esta Ata de Registro de Preços.

**5.1.1.** Esta Ata de Registro de Preços integrará o instrumento contratual a ser formalizado, independentemente de transcrição.

**5.2.** A DETENTORA será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis da data da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na Cláusula Décima Primeira desta Ata.

**5.2.1.** O prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do órgão ou entidade contratante, quando solicitado por escrito e motivadamente pela DETENTORA, antes do término do prazo previsto no subitem anterior.

**5.2.2.** O instrumento contratual deverá ser formalizado durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

**5.3.** Para a formalização do contrato, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista da DETENTORA, exigida no Edital de Licitação que antecedeu esta Ata de Registro de Preços, e deverão, ainda, ser tomadas as seguintes providências prévias:

**5.3.1.** Consulta aos seguintes cadastros: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ) e o Rol de Empresas Punidas pelo Município de São Paulo.

**5.3.2.** Comprovação que a DETENTORA não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.

**5.4.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada

exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro

**5.4.1.** Na formalização do contrato ou do instrumento equivalente, deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.4.2.** O contrato poderá ser alterado, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.5.** A existência de preços registrados implicará, para a DETENTORA, o compromisso de contratação nas quantidades e condições estabelecidas.

**5.5.1.** A DETENTORA não poderá recusar-se injustificadamente ao atendimento da demanda.

**5.5.2.** Em caso de recusa injustificada ou não sendo aceita a justificativa apresentada, será cancelado o preço registrado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

**5.5.3.** A aceitação da justificativa apresentada para a recusa importará na manutenção da DETENTORA na ata de registro de preços, assegurada sua posição na classificação.

**5.6.** As contratações deverão observar os quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços, admitidas, excepcionalmente, contratações adicionais.

**5.6.1.** As contratações adicionais formalizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES (*se houver*) poderão superar em até 100% (cem por cento) os respectivos quantitativos estimados, desde que devidamente justificadas.

**5.6.2.** O conjunto das contratações adicionais do ÓRGÃO GERENCIADOR, dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES (*se houver*) e das adesões por ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

**5.7.** Na hipótese de contratações adicionais, nos termos da cláusula 5.6 e suas subcláusulas, poderá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação, desde que não prejudique a obrigação assumida nesta Ata de Registro de Preços.

**5.8.** O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá rejeitar a contratação adicional caso possa acarretar prejuízo ao fornecimento das quantidades registradas ou à sua capacidade de gerenciamento.

**5.9.** Será priorizada a contratação das cotas reservadas às microempresas e empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

**5.10.** A vigência do registro de preços não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

**6. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**6.1.** Durante a vigência desta Ata, os órgãos e as entidades municipais que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços poderão solicitar adesão à ata de registro de preços na condição de ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES, mediante apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

**6.1.1.** A entidade ou órgão municipal interessado deverá instruir o processo com o Formulário Padrão de Consulta ao ÓRGÃO GERENCIADOR, disponível no SEI.

**6.2.** A autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pela DETENTORA.

**6.3.** Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 dias, observado o prazo de vigência da ata.

**6.3.1.** O prazo de que trata a cláusula 6.3, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**6.4.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, nos itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

**6.5.** As adesões não poderão exceder, por ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item registrado.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - CADASTRO DE RESERVA**

**7.1.** O cadastro de reserva, quando previsto no Anexo I desta Ata, será acionado em caso de cancelamento do registro de preços com a DETENTORA, observada a ordem de classificação no certame e o procedimento descrito no Edital de Licitação, que integra esta Ata, independentemente de transcrição.

**7.1.1.** A utilização do cadastro de reserva se dará pelo prazo remanescente de vigência desta Ata de Registro de Preços, observada sua Cláusula Quarta.

**7.1.2.** Aplica-se aos integrantes do cadastro de reserva o disposto nas cláusulas 5.5 a 5.7 desta Ata.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS – REAJUSTE**

**8.1.** Os preços registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **dd/mm/aa**.

**8.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da DETENTORA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/2017 e do Decreto nº 64.775/2025.

**8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



**8.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - NEGOCIAÇÃO E REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará a DETENTORA para negociar a redução do preço registrado.

**9.1.1.** Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**9.1.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**9.1.3.** Na hipótese da cláusula 9.1.2, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e convocará os integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**9.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, será facultado à DETENTORA requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a revisão do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que torne excessivamente oneroso o cumprimento do compromisso, nos termos do previsto no art. 124, II, 'd', da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 9.2.1.** Neste caso, a DETENTORA encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 9.2.2.** O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.
- 9.2.3.** Não sendo comprovada a hipótese da cláusula 9.2, o pedido será indeferido e a DETENTORA deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata de registro de preços, na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.
  - 9.2.3.1.1.** Promovido o cancelamento do registro, nos termos da cláusula 9.2.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação.
- 9.2.4.** Caso comprovada a hipótese da cláusula 9.2, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado.
  - 9.2.4.1.1.** O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 10.1.** O registro de preços será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e respeitados o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
  - 10.1.1.** descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 10.1.2.** recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade registrada;
  - 10.1.3.** deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 10.1.4.** sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, nos termos do art. 156, inciso III e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - 10.1.5.** sofrer sanção de inidoneidade para licitar e contratar aplicada por qualquer ente público, conforme art. 156, inciso IV e § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou,

em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

**10.2.** O cancelamento dos preços registrados poderá, ainda, ser promovido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**10.2.1.** Por razão de interesse público;

**10.2.2.** A pedido da DETENTORA, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**10.2.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço registrado se tornar superior ao preço de mercado, nos termos da cláusula 9.1.3 desta Ata.

**10.3.** O cancelamento dos preços registrados será formalizado por despacho fundamentado do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**10.4.** Promovido o cancelamento do registro do preço perante a DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**10.4.1.** Na hipótese da cláusula 10.2.3, a utilização do cadastro de reserva estará condicionada à observância do preço de mercado apurado, nos termos da cláusula 9.1.3.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

**11.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula.

**11.1.1.** O descumprimento dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual.

**11.1.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem, injustificadamente, o compromisso assumido.

**11.2.** É da competência do ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

**11.3.** É da competência do órgão contratante a aplicação das penalidades de advertência e de multa previstas no instrumento contratual.

**11.3.1.** O órgão contratante será competente, ainda, para a aplicação de qualquer penalidade decorrente de infração contratual praticada após o término da vigência desta Ata de Registro de Preços.

**11.3.2.** O órgão contratante deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação de qualquer penalidade contratual durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

**11.4.** Os tipos de sanções administrativas e as hipóteses em que a DETENTORA estará sujeita a sua aplicação são as seguintes:

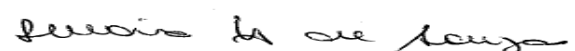
**11.4.1.** Multa de 20% (vinte por cento) do valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, por dar causa ao cancelamento do registro de preços (na hipótese da cláusula 10.1 desta Ata de RP), salvo justificativa aceita pela Administração.

**11.4.2.** Multa diária de 1% (um por cento) do valor do contrato a ser assinado, pelo atraso injustificado na assinatura do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento);

**11.4.3.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato a ser assinado, ou sobre a demanda solicitada, caso a DETENTORA se recuse injustificadamente a formalizar contrato oriundo da Ata de Registros de Preços ou, quando desnecessária a formalização de contrato, a atender a demanda solicitada.

**11.4.3.1.1.** A DETENTORA incidirá na mesma penalidade caso não apresente as condições necessárias para a assinatura do contrato.

**11.4.4.** Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, pelo descumprimento da cláusula 4.1.2, observados os critérios da cláusula 10.6 desta Ata.



- 11.4.5.** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, pelo descumprimento de outras condições desta Ata, por ocorrência, desde que não constitua infração específica prevista nesta Ata ou no instrumento contratual.
- 11.5.** Nas hipóteses das cláusulas 11.4.1 a 11.4.3, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada, das penas de impedimento temporário do direito de licitar e contratar com a Administração por até 3 (três) anos e/ou de declaração de inidoneidade por 3 (três) até 6 (seis) anos.
- 11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, eventual reincidência, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7.** O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da DETENTORA.
- 11.7.1.** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela DETENTORA.
- 11.8.** O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 11.9.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES GERAIS**

**12.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para o fornecimento pretendido, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

**12.2.** Para a execução desta Ata e dos contratos dela decorrentes, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**12.3.** Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos, à DETENTORA, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento da presente Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos (e-mail): ..... (*indicar os endereços eletrônicos*)

**12.4.** As publicações no Diário Oficial ocorrerão nos casos exigidos pela legislação.

**12.5.** São peças integrantes desta Ata de Registro de Preços: o Edital de Pregão nº ..... (*indicar o número do edital*) e seus anexos, as atas do pregão eletrônico, a proposta comercial da DETENTORA, apresentada e aceita.

**12.6.** Constituem Anexos a esta Ata de Registro de Preços: a) Anexo I – Cadastro de Reserva (*se houver*);

**12.7.** No ato da assinatura deste instrumento foram verificadas as condições previstas nas cláusulas 19.1 e 19.1.1 do Edital de Licitação.



**12.8.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital – FÓRUM da Fazenda Pública para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do ÓRGÃO GERENCIADOR e representante(s) legal(is) da DETENTORA





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026**

**PROCESSO: 6210.2025/0007705-0**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO: Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.**

**ANEXO – VII**

**MINUTA TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO Nº [●]/  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6210.2025/0007705-0  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [●]/[●]/**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº [●]**

**CONTRATANTE: O HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
CONTRATADA: [●]  
CNPJ Nº [●]**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA.**

**VALOR UNITÁRIO: R\$ [●] ([●]).  
VALOR TOTAL: R\$ [●] ([●]).**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: [●]  
NOTA(S) DE EMPENHO: [●]**

*Assinatura da autoridade*

O **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, CNPJ 46.854.998/0001-92, entidade autárquica regida pela Lei 13.766 de 21 de janeiro de 2004, adiante designado HSPM, neste ato representado por sua Superintendente ....., adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na ....., nº ....., Bairro: ..... Cidade: ....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº ....., neste ato representada por seu representante legal ..... (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, conforme atos constitutivos da empresa e procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **6210.2025/0007705-0** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº ....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA**, conforme especificações do Termo de Referência, nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e neste contrato.

**1.2.** Vinculam esta contratação, **independentemente de transcrição**, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Licitação que a precedeu e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, e a proposta da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência deste contrato terá início na data de sua assinatura e encerrar-se-á em até a conclusão e recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

**2.2** O prazo para a execução dos serviços será de acordo com o descrito no Termo de Referência, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

**2.3** Por se tratar de contratação por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no prazo previsto ou autorizado, conforme dispõe o Art. 111 da Lei Federal 14.133/21.

**2.3.1** A prorrogação automática referida no item anterior não exime o Contratado das sanções previstas neste instrumento caso o atraso tenha ocorrido por sua culpa exclusiva, nem impede a Contratante de rescindir o contrato se houver desídia ou incapacidade técnica da Contratada, garantindo-se a ampla defesa e contraditório.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**



**3.1.** As condições de execução e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), que integra este contrato.

**3.2.** A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e na cláusula oitava deste contrato.

**3.3.** Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do objeto executado no período de aferição, submetido pela CONTRATADA à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se a parcela do objeto foi executada a contento.

**3.4.** O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**3.5.** Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.

**3.6.** O recebimento do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

#### CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

**4.1.** Não será admitida a subcontratação.

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**5.1.** O valor unitário (*ou mensal, ou outra unidade de medida, a depender do objeto*) é de R\$ ....., totalizando o valor contratual de R\$ .....

| Item | Objeto | Unidade | Qtidade | Valor Unitário |
|------|--------|---------|---------|----------------|
|      |        | M².     |         | R\$            |

**Marca/ Fabricante:**

**Apresentação/Embalagem:**

**Referência do produto:**

**Registro Ministério da Saúde:**

**Procedência:**

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**5.3.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: ..... *(indicar a dotação orçamentária correspondente)*

**5.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, pela CONTRATADA, da nota fiscal ou nota fiscal/fatura e da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.

**6.2.** Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será suspensa, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**6.3.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

**6.4.** Havendo atraso nos pagamentos por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.

**6.4.1** A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

**6.5.** Antes do pagamento, a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

**6.6.** Os pagamentos não isentam a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.

**6.7.** Os pagamentos obedecerão as normas da Secretaria Municipal da Fazenda.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** A CONTRATANTE se compromete a fiscalizar todas as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência do Edital de Licitação que a precedeu, e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

**7.1.1.** cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;



**7.1.2.** proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;

**7.1.3.** designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);

**7.1.4.** acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;

**7.1.5.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

**7.1.6.** efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;

**7.1.7.** verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;

**7.1.8.** aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

**7.1.9.** exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;

**7.1.10.** atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;

**7.1.11.** encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

**7.1.12.** informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando a CONTRATADA não atender as condições no contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas;

**7.1.13.** informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quaisquer intercorrências relativas à execução, que ensejem as tipificações de penalidades previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.1.14.** receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**7.2.** A fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **8.1. São obrigações da CONTRATADA:**

**8.1.1.** Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo CONTRATANTE e conforme as disposições deste Contrato, da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação;

**8.1.2.** manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;

**8.1.3.** manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação, que é parte integrante do presente instrumento;

**8.1.4.** empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

**8.1.5.** enviar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, quando for o caso;

**8.1.6.** cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a CONTRATANTE informada do produto fornecido ou do serviço prestado;

**8.1.7.** responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

**8.1.8.** prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;

**8.1.9.** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;

**8.1.10.** comparecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até .....(*indicar o prazo*), para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;

**8.1.11.** manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;

**8.1.12.** assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;

**8.1.13.** assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;

**8.1.14.** cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**8.1.15.** não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**8.1.16.** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

**8.1.17.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

**8.1.18.** Comunicar à CONTRATANTE toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**



**9.1.** As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

**9.1.1** Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

**9.1.2** Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

**9.2.** O HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.”

**9.3.** Tratamento pela CONTRATADA em Nome do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL : Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

**a)** Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

**b)** manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.

**c)** Cooperar com o HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

**d)** Notificar o HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.

**e)** Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.

**f)** A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.

**g)** Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

**h)** A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

**h.I** - os dados se tornarem desnecessários;

**h.II**- término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;





i) A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

**9.4.** Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

**9.4.1** Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 9.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I** – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;
- II** – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;
- III** – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;
- IV** – descrição das possíveis consequências do incidente;
- V** – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;
- VI** – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;
- VII** – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

**9.4.2.** As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

**9.4.3.** A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

**9.5** A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

**9.5.1.** A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

- I** – confirmação da existência de tratamento;
- II** – acesso aos dados pessoais;
- III** – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

**IV** – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;

**V** – informação sobre compartilhamento de dados;

**VI** – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

**9.5.2.** A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

**9.5.3.** As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

**9.6.** A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

**9.6.1.** A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

**9.6.2.** A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

**9.7** A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**11.1.** O descumprimento do contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

**11.2.** Multa por descumprimento do cronograma: 1% (um por cento) sobre o valor referente à quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento).

**11.2.1.** Ocorrendo atraso superior a 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE deverá recusar o recebimento, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

**11.2.2.** Na hipótese da subcláusula 11.2.1, o objeto poderá ser recebido, excepcionalmente, mediante justificativa da CONTRATANTE, aplicada a multa prevista na cláusula 11.2.

**11.3.** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

**11.3.1** Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do serviço e do fornecimento do insumo, não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

**11.3.2** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço e do fornecimento do insumo, entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

**11.3.3** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

**11.3.4** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

**11.3.5** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

**11.3.6** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

**11.4** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

**11.5** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência, e protocolizado nos dias úteis, das 09 às 17 horas.

**11.5.1** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

**11.6** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**11.7** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato será extinto quando expirado o prazo de vigência.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANTICORRUPÇÃO**

**13.1.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer

que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.

**13.2.** As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1** As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.

**17.2** Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

[Local] [●], [dia] [●] de [mês] [●] de [ano] [●].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- [●]

2- [●]



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026****PROCESSO: 6210.2025/0007705-0****TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

**ANEXO – VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

Prezados Senhores,

Declaro, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que, na qualidade de responsável técnico pela(s) área(s) afeta(s) aos serviços objeto da licitação supra, que VISITEI e VISTORIEI o local de execução dos serviços, nos termos da exigência prevista no subitem do Edital, não podendo, pois, alegar desconhecimento quanto às condições peculiares do objeto e às exigências feitas pela Administração.

(local),\_\_de\_\_de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Responsável Técnico da Empresa)

Nome:

R.G:

Cargo na Empresa:

EMPRESA \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Gerência Técnica de Engenharia e  
Manutenção/HSPMCarimbo e Assinatura

*Assinatura da empresa*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90194/2026****PROCESSO: 6210.2025/0007705-0****TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, REPARAÇÕES, ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES VIDROS EM JANELAS E SEUS COMPLEMENTOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HSPM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA), conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

**ANEXO – IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES  
PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**AO  
HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

Eu, \_\_\_\_\_ (Representante Legal  
devidamente qualificado), da empresa \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que NÃO visitei o local de execução do objeto da presente contratação, por opção própria, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas na PREGÃO ELETRÔNICO referenciada e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame, não podendo, pois, alegar desconhecimento quanto às condições peculiares do objeto e às exigências feitas pela Administração.

(local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Responsável Técnico da Empresa)

Nome:

R.G:

Cargo na Empresa:

EMPRESA \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

*Assinatura da empresa*